

O Brasil de Max Leclerc

The Brazil of Max Leclerc

Janete Silveira Abrão*

Resumo: O jornalista e viajante francês Max Leclerc foi enviado ao Brasil, em dezembro de 1889, para escrever sobre a recém-instalada República, pelo *Journal des Débats*, de Paris, um dos diários mais influentes da França. A coletânea de artigos foi publicada, em 1942, pela Editora Nacional, em forma de livro, traduzido por Sérgio Milliet com o título “Cartas do Brasil”. O objetivo deste estudo, portanto, é analisar os escritos de Max Leclerc sobre a crise do Império e a instauração da República no Brasil. A análise contempla ainda suas impressões sobre a sociedade e o “caráter nacional” brasileiro.

Palavras-chave: Max Leclerc. Foreign traveller. Brazilian history. National identity.

Abstract: The French journalist and correspondent, Max Leclerc, was sent to Brazil in 1889, by Journal de Débats, from Paris, which, with Le Temps and Le Figaro, were one of the most influential newspaper in France. Leclerc didn't only send detailed reports about the political situation to France, but also about the economic outlook of French investment in Brazil, and he transformed his texts in excellent material about Brazilian life in the late nineteenth century. His articles collection, sent to Paris between 1889 December and last 1890 January, time he remained in the country, resulted in the publication of the book *Lettres du Brésil* (Letters from Brazil). This article focuses its analysis in the two last chapters, in the author's observations and representations of the “public spirit” and national identity, and briefly, in its remarks on French investment prospects effective and safe in the country. No aim of this study is to reveal whether the foreign traveller's observations are accurate, but to understand the meanings of the words emanating from his discursive construction of Brazil.

Keywords: Max Leclerc. Foreign traveller. Brazilian history. National identity.

“O Brasil há de viver e prosperar apesar de tudo.”

(MAX LECLERC, 1890)

* Doutora em História Contemporânea pela Universitat de Barcelona, 2007. Professora do PPGH-PUCRS.

O jornalista e correspondente francês, Max Leclerc, foi enviado ao Brasil, em 1889, pelo *Journal de Débats*, de Paris, que, com o *Le Temps* e *Le Figaro*, era um dos diários mais influentes da França¹. Tribuna dos republicanos conservadores, o jornal reunia, em seu corpo editorial, a elite acadêmica do mundo das Artes e das Letras, proporcionando ao leitor um jornalismo de qualidade, marcado por um estilo refinado. Em suas páginas tratava de temas econômicos, sociais, científicos e, principalmente, políticos e literários. Era considerado um jornal diferenciado e, entre os seus colaboradores, figuravam nomes como Victor Hugo, Ernest Lavisse, Hippolyte Taine, Eugène Sue, Ernest Renan e Jules Lemaître, crítico e dramaturgo francês (Pereira, 1924).

Por sua vez, Max Leclerc nasceu em Paris, em 1864. Além de dedicar-se ao jornalismo, estudou Ciências Políticas na França, completando seus estudos na Inglaterra e na Alemanha (na Universidade de Bonn). Atuou como repórter, secretário e editor do *Journal des Débats* e, como correspondente internacional, não perdeu nenhuma oportunidade para viajar. Visitou o Marrocos, o Brasil e os Estados Unidos. Suas reportagens resultaram em uma série de publicações e estudos reconhecidos pela Academia Francesa². Foi ainda membro do *Conselho de Crédito do Banco da França*, diretor da Armand Colin, uma renomada editora de livros universitários e, nos últimos anos de sua vida, foi editor dos *Annales de Géographie*, sendo homenageado, quando de sua morte, em 1932, pelos historiadores Lucien Febvre e Marc Bloch (Febvre; Bloch, 1932, p. 1-2).

Leclerc tinha 25 anos quando partiu para o Brasil. Embarcou em Pauillac, na região de Bordeaux, a bordo do *Plata*, a 5 de maio de 1889. O navio se dirigia aos portos de Montevidéu e Buenos Aires. Contudo, passageiros argentinos protestaram indignados quando souberam que o navio pararia na cidade do Rio de Janeiro, – conhecida como a “capital da febre amarela” –, para descarregar a mala postal. Temiam ficar de quarentena e tentaram impedir que Leclerc desembarcasse. Ao chegar próximo ao Rio de Janeiro, foi colocado, com a ajuda do

¹ Surge em 1789 como *Journal des débats et des décrets*. A partir de 1805, sob o império napoleônico, intitula-se *Journal de l'Empire*. Com a restauração monárquica denomina-se, a partir de 1814, *Journal des débats politiques et littéraires*, sendo publicado com este título até 1944. O *Archive du Journal des débats* encontra-se na *Bibliothèque National de France (Bibliothèque Numérique – BNF)*. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32797692j/date>>. Acesso em: 24 jul. 2009.

² *Lettres du Brésil* (1890), *Choses d'Amerique: les crises economique et religieuse aux Etat-UNis* (1891), *Le rôle social des universités* (1892) e *L'Éducation des classes moyennes et dirigeantes en Angleterre* (co-autoria de Emile Gaston, 1901).

comandante, no barco da correspondência, e enviado ao cais “como uma carta postal”.

Leclerc, que se atribuiu, na ocasião do desembarque, o título de “representante da imprensa francesa”, tinha como encargo escrever sobre a República recentemente instaurada no Brasil, bem como atender a outros interesses do jornal. Segundo esclarece Sérgio Milliet, a partir da segunda metade do século XIX,

os grandes jornais franceses e ingleses principiam então a enviar, para onde quer que ocorram acontecimentos importantes, redatores incumbidos da remessa de relatórios circunstanciados, redigidos de maneira a não somente informar os leitores, mas ainda preparar terreno para objetivos menos imediatos. No caso de Max Leclerc, logo se observa o interesse do jornal no lançamento de futuras empresas exigentes de capitais. O expansionismo capitalista já se achava então em pleno apogeu e uma concorrência acirrada se esboça entre a Inglaterra e as grandes potências continentais. (Milliet, 1942, p. 7).

Portanto, Leclerc não só enviou relatórios detalhados à França sobre a situação política, mas também sobre as perspectivas econômicas francesas de investimentos no Brasil, e transformou suas reportagens em excelente material sobre a vida brasileira no final do século XIX. Sua coletânea de artigos, enviados à Paris, entre dezembro de 1889 e finais de janeiro de 1890, período em que permaneceu no país, resultou no livro *Cartas do Brasil (Lettres du Brésil)*, publicado originalmente em francês, pela Librairie Plon, ainda em 1890. A obra tem o mérito de ser uma das primeiras reportagens sobre o Brasil numa acepção moderna, como também permite, ao pesquisador, estabelecer um paralelo entre as opiniões dos observadores estrangeiros e as interpretações de historiadores e sociólogos brasileiros.

Os doze capítulos que constituem *Cartas do Brasil* tratam da queda da monarquia e da proclamação da República, das políticas adotadas pelo governo provisório, da vida no Rio de Janeiro e em São Paulo, dos usos e costumes, das instituições republicanas, do “espírito público”, do “caráter nacional” e de questões econômicas. Este artigo centra sua análise nos dois últimos capítulos, isto é, nas observações e representações do autor acerca do “espírito público” e do “caráter nacional”, assim como, e de forma breve, em suas considerações sobre as perspectivas francesas de investimentos rentáveis e seguros no país. Não é intenção deste estudo desvelar quão precisas são as observações

do viajante estrangeiro, mas compreender e refletir sobre os sentidos que emanam de sua construção discursiva sobre o Brasil.

Embora tenha permanecido somente dois meses em território brasileiro, suas opiniões sobre o país estiveram baseadas não somente em suas impressões. No Rio de Janeiro, e em São Paulo, se relacionou com a elite local, principalmente com homens de negócios, e contou com o francês Charles Morel, como “guia”. Morel vivia no país há dezoito anos e era editor do periódico *L'Etoile du Sud, revue commerciale, financière et maritime*.

Leclerc, após o desembarque, constata que o clima lhe provoca desconforto e estranhamento. Contudo, desde o primeiro momento, procura vestígios da “revolução” republicana recentemente ocorrida, mas não encontrou nenhum. Talvez tenha encontrado mais continuidades do que rupturas no Brasil. De acordo com as suas palavras: “Não se sentia, em verdade, nenhuma tragicidade no ambiente; [...]. Nessa cidade de ruas estreitas, movimentadas, [...], eu não percebia qualquer ‘sinais dos tempos’” (Milliet, 1942, p. 16).

Sobre a queda do regime monárquico, afirma que “o edifício imperial mal construído, edificado para outros tempos e outros destinos, já não bastava às necessidades dos novos tempos; incapaz de resistir à pressão das ideias, das coisas e dos homens novos, já se tornara caduco e tinha seus alicerces abalados”³ (Milliet, 1942, p. 131).

Leclerc atribuiu à queda do regime ao fato de o poder estar concentrado nas mãos do imperador, que envelhecera perdendo o controle da situação; alude à má vontade existente em relação às perspectivas de um terceiro reinado; refere-se, enfim, a causas meramente circunstanciais, e sentencia: “A monarquia caíra; colheram-na sem esforço, como um fruto maduro”⁴ (Milliet, 1942).

Não obstante, como veremos nas páginas que seguem, às causas circunstanciais, o autor de *Cartas do Brasil*, irá aliar fatores estruturais e conjunturais ao explicar a queda da monarquia.

³ Sobre o movimento republicano ver: OLIVEIRA, Hilton César de. “O debate historiográfico sobre o movimento republicano no Brasil”. *Revista Digital UniBH*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <www.unibh.br/revistas/ehum>. Acesso em: 12 jun. 2011.

⁴ Nelson Werneck, em 1939, ao explicar a queda da monarquia afirma que se deu menos pela oposição que lhe moviam do que pela própria fraqueza do regime. O regime ruiu pela sua falta de base, pela indiferença, apatia e neutralidade de muitas das forças sociais que lhe haviam apoiado no passado. A queda da monarquia assemelhou-se ao desprendimento de um fruto maduro, tal como havia constatado Leclerc, em 1889. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Graphia, 1998. Sobre a queda do regime e d. Pedro II ver: SCHWARCZ, Lília M. *As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Leclerc afirma que, o regime parlamentar, tal qual foi praticado no Brasil, causou um grande mal ao país. Os dois “partidos” (conservadores e liberais), “verdadeiros sindicatos de interesses e de temperamentos diversos, disputavam os favores imperiais” e, cada um deles, uma vez de posse do poder, “oprimia ou corrompia o eleitorado, aliás, muito restrito, e alcançava sempre a maioria dócil”. O Parlamento, sem prestígio, desperdiçava tempo em discursos intermináveis, confiando principalmente nas intrigas dos bastidores. Os funcionários públicos eram substituídos a cada mudança de ministério; o nepotismo prevalecia; a administração era ignorante e negligente, pois faltava ao pessoal administrativo, coesão, espírito de disciplina, educação profissional séria e consciência de seus deveres. A desordem e a indisciplina reinavam entre civis e militares; o exército não ocupava o lugar que aspirava e, os oficiais, descontentes, davam vazão ao descontentamento dos republicanos; a polícia era brutal e secundada por *capoeiras*, verdadeiros bandidos que aterrorizavam, em determinados dias, principalmente durante as eleições, a capital do país. Existia ainda a Guarda Negra que, “constituída pela mais baixa camada do populacho de cor, tinha por missão exterminar os republicanos sob o olhar indiferente ou complacente do poder, a pretexto de proteger a Regente contra os atentados dos escravagistas”. O povo, agastado por longos anos de um governo paternal e anárquico, encontrava-se mergulhado na ignorância; “as faculdades de Direito e Medicina fabricavam desclassificados às dúzias”; todos os poderes se encontravam concentrados no Rio de Janeiro em detrimento da administração eficaz e da prosperidade das províncias; em suma, o quadro geral era de desordem; de “anarquia legal” (Leclerc, 1942, p. 146).

A proclamação da República, por sua vez, havia sido, para Leclerc, acidental, posto que, “Deodoro desejava apenas derrubar um ministério hostil; era contra Ouro Preto e não contra a monarquia. Mas, não levou em consideração seus aliados, os republicanos” (Leclerc, 1942, p. 20).

Sobre o novo regime, descreve-o como “uma ditadura com todos os seus rigores”⁵ (Leclerc, 1942, p. 29). E explica que não poderia ser diferente, pois “não se podia esperar que o governo republicano chamasse os duzentos e vinte mil eleitores do Império (aproximadamente 1,5% da população), o corpo eleitoral mais restrito do mundo, para resolverem sobre o destino da República” (Leclerc, 1942, p. 30).

⁵ Leclerc não deixaria de alertar para o fato de que “os membros do novo governo devem esforçar-se sinceramente por destruir essa ideia, perigosa, e que não pode deixar de germinar nos espíritos do país, de quão pouco se faz necessário para tomar o poder”.

Para o jornalista francês, a República, se legal e sabiamente conduzida, tenderia a significar um progresso real sobre a monarquia. Contudo, aponta para o fato de que “nada até agora foi mudado a não ser o nome das coisas e dos funcionários” (Leclerc, 1942, p. 69). Observa também que o nepotismo, tão criticado no “regime decaído”, prevalece após a instauração do governo provisório, e adverte: “no próprio interesse do novo governo é preciso que o público não veja suceder aos favoritos do Império toda uma teoria de pequenas dinastias republicanas” (Leclerc, 1942, p. 102).

Se, durante os últimos dias do Império “quase tudo ia mal”, com a proclamação da República, afirma Leclerc, “o mal não desapareceu. Tem raízes profundas, pois não se prendia apenas à ação de um homem, do Imperador, nem à influência de um regime político, a monarquia, mas, como ocorre ainda, ao estado da própria sociedade” (Leclerc, 1942, p. 156). A que “estado da própria sociedade” se refere o autor de *Cartas do Brasil? Que “herança” o Império deixou à República?*

Além do problema do latifúndio, Leclerc aponta para a influência dissolvente da escravidão sobre a sociedade inteira. Para ele, a escravidão corrompeu a noção do dever e do respeito, desonrou o trabalho, enobreceu o ócio e destruiu a disciplina social (Leclerc, 1942, p. 157). No entanto, com a abolição os fazendeiros não souberam tratar convenientemente o imigrante: “vêm nele apenas o substituto do escravo, o instrumento da própria fortuna e mais nada. [...]. O que fazem é perpetuar o antigo sistema colonial, com pequenas modificações, afirma Leclerc” (Leclerc, 1942, p. 86). Destaca ainda que, a sociedade brasileira, durante mais de um século, foi governada pelos interesses materiais de uma oligarquia de proprietários rurais, exploradores de escravos, em que “os interesses morais do povo jamais foram atentamente considerados e seriamente defendidos” (Leclerc, 1942, p. 158). Nesse sentido, assegura que

não se forneciam a essa massa imensa de camponeses, de operários agrícolas e urbanos, de libertos, de escravos, de miseráveis que vivem de bananas e farinha, entregues a si próprios e à sua preguiça, os meios suficientes para tirá-los da ignorância e elevá-los à uma condição mais digna e mais humana. (Leclerc, 1942, p. 158).

A seguir, discorre sobre a precariedade em que se encontrava o ensino no país, afirmando que a instrução primária, embora entregue às províncias, era negligenciada. Menos sacrificado, pondera, era o ensino secundário, realizado em alguns estabelecimentos públicos e, nos grandes centros, em numerosas instituições privadas. Contudo, “a

despeito dos programas bem feitos e agradáveis à primeira vista, a mediocridade dos professores, a indolência dos alunos e a indisciplina tornavam os resultados insuficientes” (Leclerc, 1942, p. 159). Todo o esforço governamental concentrava-se no ensino superior que, embora “ricamente subvencionado e aparelhado com laboratórios, bibliotecas, museus, não pode fazer o mais das vezes senão desclassificados”, afirma o jornalista. De acordo com suas palavras, o ensino superior

[...]; era um frontão demasiado rico e pesado para o edifício frágil e mal construído que o devia suportar. O estudante, insuficientemente preparado, sem uma base sólida, assimila mal a ciência que lhe é prodigalizada nas faculdades. Não lhe faltam, entretanto, pretensões e, os falsos doutores, os bacharéis, transbordaram naturalmente das profissões liberais, já apinhadas, para a política. Fácil lhes é ofuscar com sua ciência barata um povo analfabeto. (Leclerc, 1942, p. 159).

Descrevendo o “caráter nacional”, afirma que o brasileiro tem “horror às violências inúteis e mesmo, o que é de se lamentar até certo ponto, as violências – digamos resistências – necessárias” (Leclerc, 1942, p. 159). Em outra passagem de suas *Cartas*, sustenta que “toda a sabedoria política do brasileiro se resume na sua resignação diante do fato consumado” (Leclerc, 1942, p. 154). Quando da iminente queda da monarquia, afirma Leclerc, nem os beneficiados pelo regime tentaram resistir à “revolução; quando da proclamação da República, “os chefes republicanos, que sem dúvida conheciam bem o meio, passearam sem apreensão nas ruas da cidade, entre a multidão espantada, curiosa e pacífica. Não houve no momento entusiasmo, nem indignação” (Leclerc, 1942, p. 154). Com a instauração do governo provisório, “sucediã-se os decretos sem que o povo se dignasse a sair de sua indiferença habitual” (Leclerc, 1942, p. 116). Neste sentido, para Leclerc, “o traço mais marcante do caráter brasileiro é a indolência” que, “consciente ou não, [...], transborda sobre os demais [traços]”⁶ (Leclerc, 1942, p. 150).

Conforme o jornalista francês, “a inteligência viva e ágil” do brasileiro e sua “grande facilidade de assimilação” seriam “neutralizadas por uma grande leviandade e certo desdém pelas coisas sérias, pelas ideias de grande alcance” (Leclerc, 1942, p. 150). Critica ainda o pouco apreço

⁶ O jornalista assinala ainda que o conjunto da imprensa, com exceção da *Gazeta de Notícias*, “não procura orientar a opinião por um caminho bom ou mau; ela não é um guia, nem compreende sua função educativa; ela abandona o povo à sua ignorância e à apatia.”

que o brasileiro tem pela leitura⁷ (Leclerc, 1942, p. 153) e assegura que: “poucos países haverá em que se observe tão profundamente arraigado o furor aos títulos pomposos” (Leclerc, 1942, p. 51).

Reconhece, no entanto que, no Brasil, “é comum encontrar-se homens pacientes, perseverantes, trabalhadores mesmo”, contudo, confiam “mais nas circunstâncias do que em si próprios” (Leclerc, 1942, p. 51). Além disso, assinala a existência de uma elite brasileira “de cultura requintada”, “que reivindica com orgulho o parentesco intelectual com a França, e que não destoa entre as elites das mais cultas sociedades europeias” (Leclerc, 1942, p. 160). Em realidade, acaba por desvelar a discrepância entre os meios cultos e a maioria do povo brasileiro, incapazes os primeiros de ter uma visão real do potencial de sua sociedade, incapaz o segundo de ter uma visão clara de sua posição, de seus deveres cívicos, de seus direitos.

Segundo esclarece o historiador José Murilo de Carvalho: “Todo sistema de dominação, para sobreviver, terá de desenvolver uma base qualquer de legitimidade, ainda que seja a apatia dos cidadãos” (Carvalho, 1987, p. 11). Corroborando com esta afirmação, o crítico literário e educador, José Veríssimo, em sua obra *A Educação Nacional*, publicada em 1890, assinala que, no Brasil,

[...] a política se faz em currículos, em “conventilhos”, em parcerias. O povo, [...], limita-se a votar, sem discutir nem ouvir discutir. [...]. O que esperar de nós, pois, senão a indiferença – por aquilo a que somos quase todos forçados a ser indiferentes? (Verissimo, 1985, p. 70).

As descrições e as opiniões de Leclerc, seguramente, revelam sua visão eurocêntrica e a influência que o determinismo, o cientificismo e as teorias raciais, sustentáculos ideológicos das políticas e ações imperialistas das potências europeias industrializadas, desde a segunda metade do século XIX, exerce sobre a sua compreensão de mundo e do “outro”. Contudo, o que é remarcável em suas observações, é o fato de explicar a apatia política a partir da falta de interesse das elites políticas e econômicas e dos governos em promover a educação política dos brasileiros. Atribui, portanto, um papel de extrema relevância à educação como fundamento para modificar a situação social e política brasileira.

⁷ Conforme o observador estrangeiro: “os poucos livros que folheia – medíocres traduções de romances parisienses [...] – não são de natureza a mobiliar-lhe o espírito ou a temperar-lhe o caráter.”

Esta ênfase na educação pode ser compreendida a partir da reação da intelectualidade francesa à humilhante derrota sofrida na guerra franco-prussiana de 1871. Após o conflito é para a “regeneração nacional” que se volta à França e, para atingir tal intento, volta-se fundamentalmente para a educação pública.

Sobre o futuro da república e do Brasil, Leclerc arrisca a prever o caminho a ser iniciado. Após afirmar que o governo republicano precisa “banir a política do exército”, salienta que o primeiro dever dos governantes “será, em seguida, organizar a educação do povo brasileiro, chamado a governar-se por si próprio; tal tarefa é dispendiosa e delicada” (Leclerc, 1942, p. 170-171). Acrescenta ainda que:

A autonomia das províncias, transformadas em estados, não passaria de uma palavra sem sentido ou significaria a anarquia generalizada se ao povo não fosse dada a capacidade de escolher, com conhecimento de causa, seus mandatários e de controlar-lhes a ação. [...], terá o Brasil necessidade de estadistas que conheçam seu próprio país e a Europa, [...]; que sejam isentos de preconceitos de classe ou raça e possuidores de uma inteligência aberta e de um caráter firme; [...]. (Leclerc, 1942, p. 171).

Em termos econômicos, o correspondente internacional deseja sublinhar as condições do desenvolvimento econômico brasileiro, “mostrar o que ele pode interessar-nos e o que temos a fazer nele” (Leclerc, 1942, p. 174). A seguir, qualifica como “maravilhosa” a rede de comunicações naturais do Brasil, afirmando que “poucos países possuem tantas janelas e portas abertas para o mundo” (Leclerc, 1942, p. 176-178).

A França, na época, ocupava o segundo lugar nas relações comerciais com o Brasil, no entanto, segundo Leclerc, gozaria de uma situação excepcional, “moral principalmente”, que não sabemos aproveitar “e da qual devemos tirar o melhor partido.” O jornalista sugere, então, que “se não podemos mandar imigrantes nada nos impede de fornecer capitais. Sigamos o exemplo dos ingleses: incrementemos o nosso comércio com esse país e criemos empresas” (Leclerc, 1942, p. 176-178). Por sua vez, a repercussão no Brasil do conflito anglo-português de 1890⁸ deveria ser “capitalizada” pela França, pois o conflito

⁸ Em 11 de janeiro de 1890, o governo britânico, chefiado pelo primeiro-ministro Lord Salisbury, dará ao governo português um ultimato que exigia a retirada das forças militares portuguesas do território compreendido entre as colônias de Moçambique e Angola (nos atuais Zimbabwe e Zâmbia). A zona era reclamada por Portugal desde a

não contribui para melhorar as relações entre ingleses e brasileiros; [...]. A lassidão que se observa no Brasil com referência aos ingleses já se transformou quase em repugnância. O chefe do Governo Provisório dizia recentemente, [...], que não desejava mais dar emprego aos capitais ingleses; que o Brasil já se achava saturado deles e que ele desejava atrair os capitais franceses. [...]. É comum ouvir-se esta pergunta: porque os franceses não vêm estudar este país, onde a luta lhes será tão fácil? (Leclerc, 1942, p. 182).

Havia, portanto, uma predisposição do governo brasileiro e dos comerciantes, em sua maioria constituída por portugueses, em estreitar as relações econômicas com a França. Além disso, conforme afirma Leclerc, inúmeras razões explicavam a “excepcional situação moral” da França no Brasil: além das demonstrações de simpatia e amizade, “a imprensa emprega máquinas e papel franceses”; “as livrarias estão cheias de livros franceses” e “todos os meios de propagação do pensamento acham-se a serviço das ideias francesas”, pois a língua francesa é falada na capital da República, “no mundo dos negócios e no mundo oficial, quase tão correntemente quanto o português; é um dos primeiros elementos na educação das classes cultas e “um instrumento indispensável aos brasileiros para a comunicação com o resto do mundo.” Assim sendo, propõe “[...] reproduzir-se aqui um lema da ‘Alliance Française’: ‘a língua francesa cria hábitos franceses; os hábitos franceses provocam a aquisição dos produtos franceses; quem fala francês torna-se cliente da França’” (Leclerc, 1942, p. 183-184).

O imperialismo cultural, portanto, deveria servir de fundamento ao imperialismo econômico. Contudo, como se pode evidenciar, tal política imperialista não pode ser vista como uma imposição, uma via de mão única, pois, como diz o jornalista, “o terreno estava bem preparado”. Os comerciantes, e grande parte da elite política, são favoráveis à entrada de capitais, à importação de produtos e ardorosos admiradores da cultura europeia e, principalmente, da cultura francesa. Isto pode ser constatado na irônica crítica de Joaquim Manuel de Macedo, em uma passagem de sua obra *A carteira de meu tio*, publicada ainda durante o Segundo Império, em 1855, e, na qual, o sobrinho questionado pelo tio se estava

Conferência de Berlim (1884-1885) e estava constituída de uma faixa de território que se estendia de Angola à Moçambique. Fazia parte do “mapa cor-de-rosa”, ou seja, de um projeto de expansão imperialista que se confrontava com o projeto de expansão inglesa, que previa um domínio no continente africano, do Cairo ao Cabo. Em 1890, Portugal cede às exigências britânicas e o episódio foi visto como uma humilhação nacional, principalmente, pelos republicanos.

preparado para entrar na política, responde: “Estou a par de todos os conhecimentos humanos; cheguei a um mês de Paris” (Macedo, 2010, p. 19).

Ciente da aceitação dos produtos de seu país e da admiração brasileira pela cultura francesa, Leclerc está seguro de que os franceses podem e devem dobrar o comércio com o Brasil. Como fazê-lo? Segundo sugere

A primeira condição para isso seria estudar o gosto e os costumes do país; a segunda, se conformar com os mesmos. Nossos fabricantes não se devem considerar desonrados porque produzem, nem os nossos comerciantes porque vendem objetos de mau gosto às negras e às mulatas; devem compreender que o gosto varia de acordo com a latitude e a cor da pele. (Leclerc, 1942, p. 184).

De uma forma apressada, se poderia perceber, tão somente nas palavras de nosso observador estrangeiro, a arrogância e o sentimento de superioridade cultural, racial e estética. Contudo, deve-se ter em conta que as viagens também podem ser compreendidas como “experiências de estranhamento” (Cardoso, 1988, p. 359). Nesse sentido, “o estranho provoca resistência estética ou intelectual, pois não corresponde às nossas expectativas” (Moreira Leite, 1969, p. 12). Por outro lado, segundo Pierre Bourdieu, o gosto – ou o senso estético – é um dos responsáveis pela distinção das classes no espaço social. Desse modo, a disposição estética, por meio da expressão distintiva, une e separa as pessoas em grupos sociais. Une as pessoas em relação a condicionamentos de uma classe particular por condições de existência. E separa, distinguindo-se de todos os outros que não compartilham as mesmas condições, uma vez que o gosto é o princípio de tudo que se tem, que se é, tanto para classificar como para ser classificado. Assim, o gosto é uma prática que carrega a diferença como algo inevitável. É uma prática que distingue as classes e também as culturas (Bourdieu, 2008). De qualquer forma, a despeito das opiniões do jornalista francês, a latitude e a cor da pele não determinam o bom ou mau senso estético dos indivíduos.

Para Leclerc, o campo econômico não estaria aberto apenas aos comerciantes, mas também aos financistas, industriais e engenheiros. Para ele, as sociedades francesas deveriam empreender grandes obras no Brasil, pois haveria uma excelente colocação de capitais, principalmente em ferrovias e portos. Desta forma, cita como exemplo, a Companhia de Estradas de Ferro Brasileira, a *Dyle-Bacalan*, em realidade, uma companhia francesa que construiu a ferrovia que liga Paranaguá a

Curitiba. Menciona ainda outra companhia francesa, desta vez, a responsável pela construção do porto de Rio Grande:

É concessionária ainda, ou está em vésperas de sê-lo, de uma empresa considerável: o porto de Rio Grande. Trata-se de dragar a barra arenosa a fim de abrir uma saída para o Oceano a uma das províncias mais ricas do Brasil, onde a cultura dos cereais e a criação de gado já dão grandes lucros. As obras, avaliadas em setenta e cinco milhões de francos, deverão estar concluídas dentro de sete anos. Serão pagas pelo governo central e pela província, na medida em que se forem realizando. (Leclerc, 1942, p. 187).

Os investimentos, contudo, não se restringiam às estradas e portos. Afirma Leclerc que, o saneamento da capital da República, é “uma questão essencial para o Brasil”, pois

A imigração é necessária a esse país e enquanto o Rio conserva a reputação de uma cidade malsã, enquanto os esforços muito sérios não tiverem sido feitos para tornar impossíveis os surtos epidêmicos, a corrente migratória passará ao largo em direção ao Prata, [...]. Todo mundo parece estar de acordo quanto a esse ponto: haverá dentro em breve grandes obras de saneamento. Na França, onde estamos bem aparelhados e onde temos experiência [...], deveria formar-se um sindicato de banqueiros assistido por engenheiros e que estudaria o negócio e solicitaria a concessão. (Leclerc, 1942, p. 189).

Ressalta ainda a importância da instalação de bancos franceses no país e da formação de um sindicato de capitalistas que

destinaria certa importância às despesas de uma missão de estudos; enviar-se-iam ao Brasil dois ou três agentes ainda jovens, mas com alguma experiência dos homens e dos negócios, de preferência engenheiros; eles estudariam a situação e aproveitariam as oportunidades que por ventura surgissem. [...] Deveriam conformar-se com as tradições do país, onde as relações são muito fáceis e reina um certo relaxamento” (Leclerc, 1942, p. 190).

Por fim, assegura que, em um país novo, como o Brasil, onde “os negócios comandam a política ou não a levam em conta”, deveriam os franceses compreender que “os políticos passam, os interesses perduram”. Nesse sentido, afirma que “não se deve, na França, temer, demasiado, as inconseqüências da política brasileira”. E concluiu:

“o Brasil há de viver e prosperar apesar de tudo” (Leclerc, 1942, p. 188-189), apesar da política das oligarquias, dos latifúndios, do descaso para com a educação política e social, dos golpes e das ditaduras militares, do amor aos “títulos pomposos”.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. Introdução e Capítulo I. In: *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2008.
- CARDOSO, Sérgio. O olhar do viajante (do etnólogo). In: NOVAES, Adauto (org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 346-366.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FEBVRE, Lucien; BLOCH, Marc. Max Leclerc (1864-1932). In: *Annales d'histoire économique et sociale*. 4^e année, n. 15, 1932. p. 1-4.
- LECLERC, Max. *Cartas do Brasil*. Tradução, prefácio e notas de Sérgio Milliet. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *A carteira de meu tio*. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- MOREIRA LEITE, Dante. *O caráter nacional brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1969.
- OLIVEIRA, Hilton César de. O debate historiográfico sobre o movimento republicano no Brasil. *Revista Digital UniBH*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <www.unibh.br/revistas/ehum>. Acesso em: 12 jun. 2011.
- PEREIRE, Alfred. *Le Journal des débats politiques et littéraires (1814-1914)*. Paris: Librairie Ancienne Edouard Champion, 1924.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.
- VERISSIMO, José. *A educação nacional*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

Sites:

O Archive du Journal des débats encontra-se na *Bibliothèque Nationale de France (Bibliothèque Numérique – BNF)*. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32797692j/date>>. Acesso em: 24 jul. 2009.

OLIVEIRA, Hilton César de. O debate historiográfico sobre o movimento republicano no Brasil. *Revista Digital UniBH*, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <www.unibh.br/revistas/ehum>. Acesso em: 12 jun. 2011.